

CÂMARA MUNICIPAL DE CANTANHEDE**Aviso n.º 68/06-VP**

Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira, vice-presidente da Câmara Municipal de Cantanhede, torna público que, para cumprimento do disposto no n.º 5 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, com as alterações introduzidas pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, a partir do 8.º dia após publicação deste aviso no *Diário da República*, irá decorrer, por um período de 15 dias, um processo de discussão pública, relativo ao loteamento da Junta de Freguesia de Febres, sito no lugar de Cabeços, junto ao Campo de Futebol de Febres, freguesia de Febres, a efectuar nos termos do disposto no artigo 77.º do Decreto-Lei n.º 380/99, de 22 de Setembro, durante o qual os interessados poderão proceder à formulação de sugestões e observações, bem como à apresentação de reclamações sobre quaisquer questões que possam ser consideradas.

Durante aquele período, os interessados poderão consultar, no Departamento de Urbanismo da Câmara Municipal de Cantanhede, durante as horas normais de expediente, onde consta o processo referido.

Os interessados deverão apresentar as suas observações, sugestões ou reclamações, em requerimento ou ofício, devidamente identificado, dirigido ao presidente da Câmara Municipal de Cantanhede e entregue no Departamento atrás referido.

10 de Julho de 2006. — A Vice-Presidente da Câmara, *Maria Helena Rosa de Teodósio e Cruz Gomes de Oliveira*. 3000211923

CÂMARA MUNICIPAL DE CASCAIS**Aviso n.º 13/06/S****Nomeação**

Para os devidos efeitos se torna público que, por meu despacho de 19 de Junho de 2006, nomeei, na sequência de concursos internos de acesso, nos termos e ao abrigo do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, os seguintes funcionários:

Nome	Categoria
Lúis António Martins Seguro	Técnico profissional especialista principal (construção civil).
Henrique Manuel Morgado Santos	Técnico profissional especialista principal (desenhador).
Manuel Frederico Ferreira Alves	Técnico profissional de 1.ª classe (construção civil).
Maria Odete Chaparro Branco Tomás	Assistente administrativo especialista.
Sofia Eduarda M. Ribeiro Almeida	Assistente administrativo especialista.
Cidália Maria Oliveira Carvalho	Assistente administrativo especialista.
Maria Antonieta G. F. Santos Costa ...	Assistente administrativo especialista.
Maria Emília F. Ramos P. Inocêncio	Assistente administrativo principal.
Rui Paulo Correia Costa	Assistente administrativo principal.
Eduardo Manuel P. Câncio Malheiro ...	Assistente administrativo principal.
Graciano Eduardo Gomes Muchaxo	Técnico de informática do grau 3, nível 1.

20 de Junho de 2006. — Por delegação de competências, o Vereador, *Pedro Caldeira Santos*. 3000211988

Aviso DRH n.º 52/2006

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 26 de Abril de 2006, foi autorizada a transferência de Sílvia Margarida Pais Feliciano Couto dos Reis, assistente administrativa especialista, das Águas de Cascais, S. A., para o quadro de pessoal deste muni-

cípio, nos termos do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 175/98, de 2 de Julho, aplicado à administração local pelo Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, com efeitos a 1 de Junho de 2006.

2 de Junho de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos (com delegação de assinatura), *Pedro Caldeira Santos*. 3000211990

Aviso DRH n.º 59/2006

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho, de 4 de Abril de 2006, foi deferido o pedido de licença sem vencimento por um ano, ao abrigo do artigo 76.º do Decreto-Lei n.º 100/99, de 31 de Março, da engenheira civil principal, Felisbela Pedroso Brillhante, com efeitos a partir de 1 de Junho de 2006, inclusive.

9 de Junho de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos (com delegação de assinatura), *Pedro Caldeira Santos*. 3000211991

Aviso DRH n.º 60/2006

De acordo com o disposto na alínea *a*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local através do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por despacho de 9 de Junho de 2006, do vereador dos recursos humanos, foi nomeada chefe da Secção de Apoio aos Loteamentos e Estudos Urbanos, Maria Helena Reis Sales, na sequência de concurso interno de acesso limitado.

19 de Junho de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos (com delegação de assinatura), *Pedro Caldeira Santos*. 3000211992

Aviso DRH n.º 61/2006

Para os devidos efeitos e nos termos da alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, aplicado à administração local por força do artigo 1.º do Decreto-Lei n.º 409/91, de 17 de Outubro, torna-se público que, por meu despacho datado de 10 de Maio de 2006, foram renovados os contratos de trabalho a termo resolutivo certo, celebrados ao abrigo do Código do Trabalho, com os trabalhadores: Isabel Sandra Maia Vieira — técnica superior de urbanismo de 2.ª classe, Tânia João Lopes Fadário — técnica superior de urbanismo de 2.ª classe, Ruben Manuel Bastos Gonçalves — engenheiro do território de 2.ª classe, e Rui Pedro Assis Fernandes Morais — arquitecto de 2.ª classe, todos com início em 27 de Junho de 2006, pelo prazo de mais dois anos.

28 de Junho de 2006. — O Vereador dos Recursos Humanos (com delegação de assinatura), *Pedro Caldeira Santos*. 3000211993

CÂMARA MUNICIPAL DE CASTELO BRANCO**Aviso n.º 113/2006-SRH****Nomeação**

Para os devidos efeitos, torna-se público que, por meu despacho de 13 de Julho de 2006 e nos termos da alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, nomeei, para o lugar de auxiliar de serviços gerais, a candidata aprovada, Maria Helena Cristóvão Duarte Lopes Fazenda, a qual deverá tomar posse do referido lugar no prazo de 20 dias a contar da data da publicação deste aviso na 2.ª série, parte especial, do *Diário da República*.

17 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *Joaquim Morão*. 1000303952

CÂMARA MUNICIPAL DE CONSTÂNCIA**Aviso**

António Manuel dos Santos Mendes, presidente da Câmara Municipal de Constância, faz saber que, nos termos do n.º 1 do artigo 22.º e em conformidade com o disposto no n.º 2 do artigo 27.º do Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei n.º 177/2001, de 4 de Junho, e ainda de acordo

com a deliberação tomada em reunião da Câmara Municipal, de 28 de Junho de 2006, vai proceder-se à abertura de um período de discussão pública da alteração da licença de uma operação de loteamento a que corresponde o alvará n.º 02/1994, a efectuar na Rua do Pombal, no lugar de Aldeia, freguesia de Santa Margarida da Coutada, município de Constância, requerida em nome de Maria José das Dores Antunes e Paulo Lúcio Tavares Fortuna, a qual decorrerá pelo prazo de 15 dias, contados a partir da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*.

O referido processo, acompanhado da informação técnica emitida pela Divisão de Desenvolvimento e Planeamento Urbanístico, estará disponível na Secção Técnica Administrativa da Câmara Municipal, podendo os interessados apresentar, por escrito, as suas reclamações, observações ou sugestões.

13 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *António Manuel dos Santos Mendes*. 1000303935

CÂMARA MUNICIPAL DE FAFE

Aviso

Para os devidos efeitos se faz público que, através do meu despacho n.º 26/2006, de 17 de Julho de 2006, proferido no âmbito das competências detidas em matéria de gestão de pessoal [alínea *a*) do n.º 2 do artigo 68.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro], nomeei, nos termos do n.º 1 do artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, a diplomada do CEFA Natália Nogueira Henriques, no lugar de assistente administrativo — carreira de assistente administrativo, sendo integrada no escalão 1, índice 199, da categoria.

A presente nomeação é provisória, sendo que, para efeitos de conversão em definitiva, será ponderada a respectiva avaliação da classificação, exigindo-se no mínimo a classificação de *Bom*, conforme decorre da Lei n.º 10/2004, de 22 de Março, aplicado à administração local por força do Decreto Regulamentar n.º 6/2006, de 20 de Junho.

Nos termos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 427/89, tem a referida cidadã 20 dias a contar da data da presente publicação, para tomar posse do referido cargo.

(Isento de visto do Tribunal de Contas.)

18 de Julho de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Ribeiro*. 3000212008

CÂMARA MUNICIPAL DE FREIXO DE ESPADA À CINTA

Aviso

Para os devidos efeitos se faz público, em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, que esta Câmara Municipal prorrogou, por mais um ano, os contratos de trabalhos a termo resolutivo certo de trolha, celebrados com:

Manuel Augusto Nascimento Estácio.
Armando Augusto dos Santos.

22 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Caldeira Santos*. 3000210148

Aviso

Para os devidos efeitos se faz público, em cumprimento do disposto na alínea *b*) do n.º 1 do artigo 34.º do Decreto-Lei n.º 427/89, de 7 de Dezembro, que esta Câmara Municipal prorrogou, por mais um ano, o contrato de trabalho a termo resolutivo certo de técnico superior florestal, celebrado com Amadeu Fernando Pena Rodrigues.

22 de Junho de 2006. — O Presidente da Câmara, *José Manuel Caldeira Santos*. 3000210149

CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Aviso

Concurso externo de ingresso para jardineiro operário

Alteração da composição de júri

Por despacho do então vereador do pelouro dos recursos humanos, engenheiro José Moreira Marques, de 7 de Setembro de 2004, foi

nomeado o júri do concurso externo de ingresso para jardineiro operário, aberto por aviso publicado no *Diário da República*, 3.ª série, n.º 303, de 29 de Dezembro de 2004, tendo sido designada presidente do júri a arquitecta Ana Paula Correia Valla Chagas.

Considerando que a mencionada presidente do júri cessou, em 15 de Março de 2006, as funções de dirigente e, ulteriormente, em 4 de Maio de 2006, a sua requisição ao serviço do município de Lisboa, tendo regressado ao lugar de origem — Câmara Municipal de Oeiras;

Considerando que o presente concurso se encontra ainda em fase de admissão/exclusão e que o facto da arquitecta Ana Paula Correia Valla Chagas ter regressado ao lugar de origem pode, face à sua falta de disponibilidade, prejudicar o regular andamento do concurso, por dificuldades acrescidas do júri se reunir;

Considerando estarem reunidas as condições exigidas no n.º 6 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, aplicável à administração local pelo Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho;

Determino que seja alterado o supramencionado despacho do então vereador do pelouro dos recursos humanos, de 7 de Setembro de 2004, passando o respectivo júri a ter a seguinte composição:

Presidente — chefe da Divisão de Jardins, engenheira Ana Júlia de Lima Soares Francisco.

1.ª vogal efectiva — Maria Luísa Mira Correia da Silva, engenheira agrónoma assessora principal.

2.ª vogal efectiva — Maria Alexandra Machado Canha, engenheira agrónoma principal.

1.º vogal suplente — Vasco António Azevedo Pereira, engenheiro técnico agrário especialista.

2.º vogal suplente — Manuel António Pestana, agente técnico agrícola especialista principal.

A 1.ª vogal efectiva substituirá a presidente do júri, nas suas faltas e impedimentos.

11 de Julho de 2006. — O Director Municipal (competência subdelegada nos termos do despacho n.º 195/P/2006, de 6 de Junho), *Luís Centeno Fragoso*. 3000212018

Aviso

Concurso externo, de ingresso, para engenheiro civil de 2.ª classe

1 — Nos termos do n.º 1 do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 204/98, de 11 de Julho, conjugado com o artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 238/99, de 25 de Junho, e no uso da competência que me foi subdelegada em matéria de recursos humanos, pelo despacho n.º 195/P/2006, de 6 de Junho, publicado no *Boletim Municipal* n.º 643, de 16 de Junho de 2006, faço público que, pelo prazo de 10 dias úteis a contar da data da publicação do presente aviso no *Diário da República*, se encontra aberto concurso externo, de ingresso, para engenheiro civil de 2.ª classe, do grupo de pessoal técnico superior, com vista ao preenchimento de 48 lugares vagos do quadro de pessoal do município de Lisboa, publicado no apêndice n.º 96/2004 ao *Diário da República*, 2.ª série, n.º 174, de 26 de Julho de 2004.

2 — Dos 48 lugares postos a concurso, 3 destinam-se a pessoas com grau de incapacidade igual ou superior a 60 %, nos termos do Decreto-Lei n.º 29/2001, de 3 de Fevereiro.

3 — O ingresso nesta carreira fica condicionado a aprovação, em estágio, com carácter probatório, com classificação não inferior a *Bom* (14 valores), previsto pela alínea *d*) do n.º 1 do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 404-A/98, de 18 de Dezembro, aplicável à administração local com as adaptações constantes do Decreto-Lei n.º 412-A/98, de 30 de Dezembro e regulado pelo artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 265/88, de 28 de Julho.

4 — Em cumprimento da alínea *h*) do artigo 9.º da Constituição, a Administração Pública, enquanto entidade empregadora, promove activamente uma política de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, no acesso ao emprego e na progressão profissional, providenciando, escrupulosamente, no sentido de evitar toda e qualquer forma de discriminação.

5 — Conteúdo funcional — no âmbito da sua qualificação profissional, estuda e projecta em matérias dos serviços a que se encontra adstrito.

Aprecia e informa quaisquer processos e questões da sua especialidade que lhe sejam distribuídas pela respectiva chefia.

Pode ser incumbido de coordenar e ou fiscalizar a execução de obras, bem como a actividade de outros profissionais no exercício de tarefas relacionadas com a sua especialidade.

6 — Área funcional — engenharia civil.